

PRIVATIZAR O SERPRO E A DATAPREV É ABRIR MÃO DA SOBERANIA NACIONAL



A privatização do SERPRO e da DATAPREV, estatais de tecnologia brasileiras, pode colocar em risco dados dos brasileiros, das pessoas jurídicas e do Brasil, além de violar a LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados) e a Lei de Segurança Nacional, pois tratamento de dados para segurança pública, defesa nacional e segurança do Estado não pode ser realizado por entes privados.

Estamos falando do armazenamento de: nome, CPF, renda, atividade laboral, histórico judicial e antecedentes criminais, biometria digital e facial, CNPJ, quantidade de produtos vendidos, fornecedores, dados contábeis e fiscais, sócios, movimentação financeira, lucro, imposto de renda de pessoas físicas e jurídicas, compras, Administração Financeira, Comercio Exterior, informações sensíveis do Exército brasileiro.

Para garantir o sigilo dos dados e seu uso correto, a DATAPREV e o SERPRO possuem infraestrutura de ponta, certificações internacionais e funcionários altamente capacitados, que além de terem como objetivo a excelência da prestação dos serviços, fazem com que as empresas sejam lucrativas, ainda que não seja esta lógica capitalista o objetivo destas estatais. Sistemas desenvolvidos pelos trabalhadores destas estatais dão o suporte à administração federal.

Dados são o “ouro” do século XXI, um recurso valioso, e é obrigação do governo protegê-los e garantir que sejam utilizados no desenvolvimento de políticas públicas. É por tudo isto e muito mais que somos contra a privatização do SERPRO e da DATAPREV.

1º DE MAIO – DIA DE LEMBRAR AS LUTAS E DE LUTAR



Sábado é dia de lembrarmos as lutas da classe trabalhadora pela evolução dos seus direitos rumo a sua emancipação.

Sábado é dia de lutarmos em defesa da vida e pelo direito à vacina para todos.

Sábado é dia de lutarmos contra as privatizações que o governo Bolsonaro está tentando impor ao Brasil e ao nosso povo, que trará como impacto a ampliação da miséria, do desemprego, da fome, da desproteção aos mais pobres e que mais necessitam do trabalho social desenvolvido pelas empresas públicas.

Sábado é dia de CARREATA: Concentração às 9h na Avenida Antônio Abrahão Caram, em frente ao Mineirão

OS TRABALHADORES DO SERPRO E DATAPREV AGUARDAM DESDE O ANO PASSADO O DESFECHO DE SUAS CAMPANHAS SALARIAIS



SERPRO

No SERPRO a campanha 2020/2021 teve proposta inicial da Empresa que consistiu em retirada de direitos e zero de recomposição salarial. Diante desta situação a FENADADOS recorreu à mediação do TST e na última reunião que ocorreu em 09/07/2020 e a proposta de mediação, com a qual anuiu a empresa, trazida às Assembleias, consistiu em:

- A 13ª cartela do tíquete passaria a ter seu valor diluído nas demais parcelas, ou seja, em 12 vezes. Com isso, o tíquete passaria a ser fixado em R\$1.029,86 mensais, e não em R\$950,64 como é atualmente.
- Pagamento de um abono de R\$2.210,00, a ser pago de uma única vez, 30 dias após a assinatura do ACT.
- Todas as demais cláusulas do Acordo Coletivo de Trabalho permaneceriam inalteradas.

Referida proposta foi aceita pelos trabalhadores em todo Brasil, porém a empresa recuou e não assinou o acordo, iniciando-se a prorrogação do ACT mês a mês, sendo que a 13 cartela de tíquete não foi paga em dezembro de 2020, causando grande indignação.

Esta prorrogação culminou com a realidade de vermos a pauta de reivindicações de 2021/2022 sendo entregue à empresa sem termos a conclusão da campanha salarial 2020/2021 e até o momento a empresa também não se manifestou em relação à Campanha Salarial 2021/2022.

DATAPREV

Na DATAPREV a situação não é muito diferente relativamente ao ACT2020/2021. A proposta inicial, lá em 2020, também foi de retirada de direitos e zero de reajuste. Como no SERPRO, a prorrogação do ACT também vinha acontecendo mês a mês, porém na relação direta, sem mediação do TST, até que em janeiro de 2021, após a empresa condicionar a prorrogação do ACT à retirada das cláusulas de saúde, os trabalhadores reagiram a este ataque e foram à greve. A empresa então chamou a mediação no TST e solicitou a suspensão da greve apresentando a seguinte proposta:

- reajuste salarial de 1,23% (um por cento e vinte e três centésimos) nos salário de maio 2020, correspondente a 50% INPC de maio relativo ao período 01 de maio de 2019 a 30 de abril de 2020; e

- 70% (setenta por cento) da variação do INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor no período 01 de maio de 2020 a 30 de abril de 2021, sobre os valores da tabela salarial e do Adicional de Atividade praticados em 30 de abril de 2021.

- discussão das cláusulas do plano de saúde e retirada de alguns benefícios para novos contratados

A greve foi suspensa diante da promessa da empresa de empenho junto aos órgãos governamentais para avanço da proposta apresentada. Mas não avançou em mais nada até o presente momento.

O QUE FAZER?

Com o projeto político de privatização do SERPRO e da DATAPREV, já em andamento pelo governo Bolsonaro, as suas ações administrativas vão num mesmo sentido: Arrocho salarial, retirada de direitos do ACT, imposição de medidas autoritárias na gestão de pessoas e redução de benefícios, resultando em menos qualidade de vida para os trabalhadores. As empresas também vêm fazendo parcerias com grandes corporações privadas, comprando soluções de TI do mercado, fazendo ingerência indevida sobre a gestão nos planos de previdência privada, fechando escritórios e unidades regionais. Com qual objetivo? Agradar o “mercado”? E o discurso de avanço tecnológico na prática significa: “O INTERESSE PRIVADO ACIMA DE TUDO, OS DIREITOS DOS TRABALHADORES ABAIXO DE TODOS”.

A conjuntura de crise, a falta de políticas públicas para resolver o problema grave da pandemia (que já levou à morte mais de 400 mil pessoas), as reformas da previdência, trabalhista, e do teto dos gastos, implementadas nos governos Temer e Bolsonaro, o ataque recente aos direitos dos trabalhadores ocorrido no julgamento do dissídio coletivo dos trabalhadores dos Correios têm colocado a nossa e outras campanhas salariais na defensiva. Ocorre que tudo faz parte do plano de privatizar e com isto a boiada está passando rumo a privatização.

Precisamos colocar em movimento nossas campanhas salariais SERPRO e DATAPREV e ampliar o combate a privatização. Neste sentido o SINDADOS-MG chama os trabalhadores, direções sindicais e federação à ação com o objetivo de defender nossos direitos e nossas empresas públicas. “QUEM SABE FAZ A HORA NÃO ESPERA ACONTECER”.

O ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2020/2021 FOI ASSINADO E JÁ ESTÁ VALENDO



O SINDADOS alerta: os trabalhadores devem ficar atentos às novas regras, especialmente as de Teletrabalho, pois trata-se de uma nova modalidade de trabalho e de uma nova realidade tanto na vida dos trabalhadores, quanto na da empresa e do sindicato.

Mesmo que a realidade seja nova e todos tenham que passar por adaptações principalmente em se tratando de teletrabalho, os aspectos legais devem ser observados, entre eles o Acordo Coletivo assinado entre a PRODEMGE e o SINDADOS.

É hora de ficarmos unidos contra qualquer tipo de pressão, opressão ou mesmo tentativas de ilusão com promessas que, por vezes, são feitas pela empresa. As dúvidas já começam a chegar ao sindicato e algumas situações já estão sendo averiguadas.

Aos gestores da empresa, seja em qual nível for, de supervisores a cargos mais altos, alertamos que administrar envolve aspectos legais e éticos que devem ser observados por todos no cumprimento de suas atividades. A pressão para “forçar a barra” com o teletrabalho não pode acontecer. Não sejam coniventes, nem se tornem corresponsáveis de assédio ao trabalhador, colegas de trabalho diários de vocês.

Confirmam tudo que for pago através do contracheque e identificando algum problema tragam ao conhecimento do Sindicato. Tem alguma dúvida ou denúncia para fazer? Entre em contato com a diretora do sindicato na PRODEMGE: fatima@sindados-mg.gov.br

TRABALHADORES DA GOOGLE SE UNEM PARA SE ORGANIZAREM EM SINDICATO



Os trabalhadores da Google, desde 2011, lutam por seus direitos trabalhistas e por uma postura mais ética da empresa perante a sociedade. Todavia, como estavam lutando de forma desorganizada contra a gigante de Mountain View, diversas dessas lutas foram abafadas e seus organizadores foram retaliados com suspensões ou demissões.

A pressão entre trabalhadores e a gigante foi aumentando até que em novembro de 2019 houve o caso conhecido como “Thanksgiving Four”, quando próximo ao dia de ação de graças (em inglês thanksgiving) 4 trabalhadores ligados ao Google foram demitidos, todos ligados às lutas dos trabalhadores.

Este acontecimento deixou claro para os trabalhadores da Google que o único caminho para defender seus direitos e

serem ouvidos seria através de um sindicato, e assim em 4 de janeiro de 2021 nasceu o Alphabet Workers Union sigla AWU (em português seria algo como Sindicato dos Trabalhadores da Alphabet). O sindicato traz Alphabet e não Google em seu nome, porque o sindicato abrange todas as empresas da holding Alphabet, da qual a Google faz parte. Este novo sindicato atua nos Estados Unidos e no Canadá.

A partir da sua criação o AWU tem atuado em casos como o “Workers Fight Google Contractor's Attempt to Bar Discussion of Wages” em português algo como “Trabalhadores lutam contra a tentativa da empresa terceirizada da Google de impedir a discussão sobre salários”.

O Alphabet Workers Union dos trabalhadores da Google - centro de engenharia da Google em Belo Horizonte - é o SINDADOS-MG. Assim como seu irmão mais novo norte americano (AWU) o SINDADOS-MG há muitos anos atua na defesa dos trabalhadores de TI e está sempre pronto para defender todos os direitos dos trabalhadores das empresas de informática e isso inclui a Google.

Para o trabalhador a associação ao SINDADOS-MG é um seguro, pois ele não estará sozinho na luta contra a gigante de Mountain View na defesa de seus direitos. Qualquer trabalhador que sentir que seus direitos não estão sendo respeitados pode procurar o SINDADOS-MG.

GIRO PELAS CATEGORIAS

APROVADO O REQUERIMENTO DE URGÊNCIA DA PRIVATIZAÇÃO DOS CORREIOS



Foi aprovado no ultimo dia 20 de abril de 2021, na câmara dos deputados, por 280 votos a favor e 165 contra requerimento de urgência para o projeto de Lei 591/21, que autoriza a exploração dos serviços postais pela iniciativa privada. Traduzindo: deram um grande passo para a privatização dos Correios.

A aprovação do requerimento de urgência possibilita que a tramitação seja mais rápida e a votação seja direto no plenário. Sem a urgência, seria necessária discussão do projeto de lei nas comissões do Congresso primeiro, antes de ir para a votação. Desta forma a expectativa do governo é que de dois a três meses uma das metas do

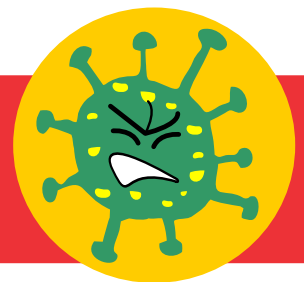
ministro Paulo Guedes e do presidente Jair Bolsonaro esteja concluída, acabando assim com uma empresa eficiente, lucrativa (apesar desta não ser esta a sua finalidade).

É bom lembrar do imenso papel social que a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos cumpre para a população brasileira com a distribuição de material escolar, provas do ENEN, urnas eletrônicas em época de eleições, documentos sigilosos da estrutura de governo, remédios, vacinas, entre outros. E faz isto para todas as regiões deste país, não importando a distância. A qualidade dos serviços dos Correios, apontado pelo Índice de Entrega no Prazo (IEP), alcançou em 2019 o seu valor mais expressivo, de mais de 97%.

A política do governo Bolsonaro, caracterizado como entreguista, é mesmo dificultar todos os acessos aos serviços públicos pela população mais carente, transferindo recursos públicos para iniciativa privada e favorecendo grandes conglomerados financeiros.

O SINDADOS/MG se solidariza com o SINTECT-MG na luta contra a privatização. A quebra deste monopólio, garantido na Constituição Federal é um ataque à soberania nacional e significará também demissão em massa de trabalhadores, desproteção aos mais carentes e ampliação do caos no Brasil.

**Respeite o Isolamento Social.
Se puder, FIQUE EM CASA. Proteja você, sua família
e também as outras pessoas e seus familiares.**



QUADRO DE AUDIÊNCIAS

AÇÕES COLETIVAS AJUIZADAS PELO SINDADOS/MG EM DEFESA DOS DIREITOS DOS TRABALHADORES

SINDADOS	Compusoftware	0010737-11.2015.5.03.0137	04/05/2021	13h05	Videoconferência
SINDADOS	Teles e Teles	0001928-62.2014.5.03.0106	17/05/2021	15h15	Videoconferência